

MIRAR DEL SUR. PROPOSIÇÃO TEMÁTICA E METODOLÓGICA PARA UMA GEOPOÉTICA DO FRIO

Eixo: “Processos da interação sociedade-natureza” (interpretação e valorização das paisagens)

Dante Flavio da Costa Reis Jr. (UnB, DF/Brasil – dante.reis.jr@gmail.com)

Adão José Vital da Costa (UFPel, RS/Brasil – vital.costa@yahoo.com.br)

Introdução: o que este texto não deve parecer

Seguindo tradição de já meia-dúzia de décadas, escritos acadêmicos de uma geografia em tom “lírico” balançam sobre um muro capilar, separando terrenos antônimos. Seus redatores, muitas das vezes sérios especialistas em questões tópicas da Geografia (geomorfologia de litorais, circulações urbanas), revezam a atenção da massa consumidora de novidades paradigmáticas na disciplina.

Está implícito, o fato reúne dois transtornos correntes no pensamento geográfico: a avidez pela transgressão (mesmo que em dose homeopática, um mal sempre oculto no arquivo-morto das ciências humanas) e a qualidade (questionável) da própria transgressão.

É claro, na história de todo campo disciplinar ocorre de ser irresistível suplantar modelos explanatórios que, transpondo limites de tolerância, soçobram ... perdem-se diante dos cumulativos desafios. Neste aspecto, certas obras que começam a surgir em meados do século passado têm de fato sua razão de ser, de vez que, num fito de promover dilatação do argumento geográfico, materializaram a idéia-primaz de transcender um discurso que, apesar de responder a contento os aspectos materiais da organização (social ou natural) do espaço, não cobria as perspectivas simbólica e comportamental da “vivência” ou “percepção” do mesmo espaço.

A rigor, em Geografia, um tratamento (timidamente) “fenomenológico” da interface sociedade|natureza («s|n») remonta às primeiras décadas do século dezenove. Há na primeira “Geografia universal” francesa, particularmente no *Précis de géographie universelle*, de Conrad Malte-Brun (vários tomos), traços ancestrais/antecedentes de um discernimento de que a consciência jogaria sim um papel intencional. Mas só muito tempo depois seria mais fácil divisar obras enfática ou iluminadamente “instauradoras”, por assim dizer. Autores (pouco ou bastante distantes da jurisdição “tradicionalmente geográfica”) que, por elas, inspirariam outros: Eric Dardel (1952), Gaston Bachelard (1957), Kevin Lynch (1960). E autores (geógrafos já reivindicadores de transgressão) que, inspirados em literatura pretérita e movidos por idiosincrasias de sensibilidade, se cotizariam numa nova (se bem que ainda amorfa) matriz de conceitos: David Lowenthal (1967), Jean Gallais (1967), Yi-Fu Tuan (1971; 1974), Anne Buttimer (1976), Armand Frémont (1976), Edward Relph (1976), David Ley e Marwin Samuels (1978).

O texto que aqui introduzimos não pretende soar, pretensioso, num timbre similar. Mesmo porque, a essa altura, pouco ainda há a se propor (ou acrescentar), em termos de âmbito e protocolos de pesquisa, a fim de que o ângulo emocional mereça também encontrar o assento que lhe autorize emitir explicações sobre o que sejam as paisagens ... virtualmente, potenciais alegorias simbólicas do anseio ou da lástima.

De todo modo, o cuidado no qual nos empenharemos será o de não sucumbir e cair nas duas das armadilhas que mais facilmente apressam redatores impulsivos: o discurso afetado e experimental (turbado de mística e ambigüidade) e o juízo determinista (indutor de vaticínios regionalistas). Cogitamos, o antídoto contra vaidade e reducionismo encontrar-se-ia

precisamente na tentativa de fazer com que aquele ângulo assumisse, no quadro total de fatores condicionantes, uma “relativa centralidade”; isto é, nem forçando a omissão daqueles que seriam, por efeito, “ângulos outros” (que se excluem, pois), tampouco os marginalizando, ao sugerir, por exemplo, que paisagem se trataria de uma soma ponderada de fatores (onde, então, alguns poderiam pesar mais do que outros).

Diferentemente, a proposta quereria abolir a própria noção de “ângulo”, a qual, está claro, remete à idéia de perspectivas de interpretação imiscíveis. No lugar disso, eleger-se-ia um viés nuclear (no caso, o geopoético) que, contudo, só pode ser explicado à base de outros vieses, seus subsidiários. Para este fim, uma leitura sistemista mostra-se bastante adequada: ela estabelece um concerto estrutural feito de intercâmbios, mútuos condicionamentos e retroações, tanto quanto uma oportunidade de focalizar, privilegiadamente, apenas um dos elementos que sejam ativos participantes nessas tais trocas, influências recíprocas e rebates. E o melhor: elege-lo como objeto de focalização não extingue os elementos seus pares na estrutura complexa; apenas que passa a interpretá-los enquanto partícipes na consolidação qualitativa de seu viés. Em suma, pelo expediente metodológico evita-se que o elemento eleito reste auto-suficiente, o que, se dá de acontecer, aproxima enormemente o risco de que terminemos por contribuir aos estudos reducionistas.

Como caso de exemplo, lançamos mão do emblemático cenário da paisagem meridional, em seu sentido amplo. Porque explorada, em quantidade apreciável, em registros literários de toda ordem (poemas, canções, romances descritivo-narrativos), parece ilustrar a força de significação que as obras estéticas às vezes podem ter. Potencialidade de inferir formas gerais de comportamento, as quais, fica irresistível supor, são tributários de qualidades físicas do mesmo cenário.

1. A transmutação do argumento sobre o sensível

Em nosso domínio disciplinar, há não muito tempo, por volta dos anos setenta, mobilizações esmeradas no sentido de compor ou tirar proveito de *theoretical statements*, e chegar a uma leitura significativa sobre o modo como são apreendidas as paisagens, precipitaram tendências mais enfáticas no objeto (cognição/percepção) e prolixas no método (variantes de enquête, balizadas por teorias das ciências cognitivas). Essas contribuições, que passarão a ser mais frequentes a contar da década de oitenta – quando, então, o historiógrafo está autorizado a versar sobre uma “escola de pensamento”, já possuidora, pois, de seus contornos epistemológicos –, constituem aquilo que, num plano genérico, chama-se geografia humanística. Uma geografia sensível ao sensível, retificadora da apatia positivista, crente na significância da reação comportamental, que, em grande medida, dá a ver um comprometimento intelectual do geógrafo com a busca de consonância entre a espacialidade (um lugar íntimo, *espace vécu*, *lifeworld*, território emocional) e o “par” pensamento/ação sobre ela.

Essa conjugação, par binário do comportamento, raramente emerge sem que os indivíduos o expressem consoante aos fenômenos experienciados. Portanto, a tomada da matéria enquanto objeto de inquérito científico teve por base a necessidade premente de torná-la nuclear; quer dizer, recompondo a função explicativa dos fatores até então correntes (quadro físico, história econômica) num nível mais subsidiário que determinante. Mas ter-se feito essa aposta de demasiadas fichas num subjetivismo inerente, instaurava o arrojo de esperar que muito da dinâmica verificável nas escalas de espacialidade – processos que têm sua ignição no comportamento – fosse tributária de uma arquitetura sensorial predominantemente alinhavada pelo imaginário.

Já consubstanciada pelos estudos pioneiros e por trabalhos que perseguem o rastro da “inovação”, a escola humanística agrega geógrafos confiantes em que processos de tradução territorial – mobilidades, assentamentos, inserções, transformações – permitem-se expressar também (senão “somente”, conforme o nível da impetuosidade), pelas regras do imaginário. Regras que, não sendo necessariamente uma confusão gerada por consciências instintivas, apontam para a confluência dos fatores (se é que sempre disjuntos!) biológico e cultural. Então, aqueles fatores referidos acima como sendo os mais freqüentes em geografia clássica (a interface sintética ecologia|economia, jamais realmente alcançada pelos franceses), passam a ser quase que reprimidos, quando não suprimidos por inteiro do rol de elementos determinantes dos processos.

Todavia, daquilo que a *New Geography* ia introduzindo em termos de valorização do que a psicologia comportamental e a etologia tinham a dizer ao geógrafo aventureiro, houve certa transgressão: os imperativos bio(psico)lógicos – “indícios seguros” do comportamento-médio dentro de uma coletividade sob análise –, tal como a interface eco|eco, pareceram por demais engessadores ... escravizando, em demasia, a realidade aos modelos *a priori*. É quando ao cultural é dado maior relevo; mas é também quando a cultura – conceito-trunfo, pelo qual antropólogos têm tanto zelo – vulgariza-se num espectro menos restritivo que o da materialidade.

Daí, então, a avaliação das reações comportamentais à qualidade das paisagens não se prender tanto (quanto já fora feito antes em geografia e etnografia clássicas) a qualquer sagaz engenharia de técnicas e práticas adaptativas ou suplantadoras. Daí nem se prender tampouco às teorias em biologia evolutiva, decretantes de uma processualística comportamental ajustada a compulsões de ordem psicofisiológica. O que aflora nos argumentos é a atribuição das reações a um psiquismo emocional que, genérico na causalidade, pode-se dar a entender, por exemplo, em produtos estéticos; talvez sobretudo em literatura.

2. Minimizando ou tirando proveito da transgressão

É cômoda toda severa crítica emitida retrospectivamente ... como são cômodas as (menos ácidas) admoestações àquilo que se fez de boa-fé mas sem a antevisão da conseqüência.

Não é caso, então, de repreender a transfiguração que geógrafos humanísticos causaram – é provável que sem intenção – no âmago original da disciplina; quer dizer, abreviando o peso explicativo tradicional da interface eco|eco, rigorosamente materialista. Contudo, se houve preponderante insinuação de um método substitutivo, transgressor, que direta ou indiretamente propunha radical reconsideração do balanceamento entre os fatores intervenientes no arranjo, convém que se procure revê-lo; revisá-lo, a fim de propor um ponto de vista que, no mínimo, lhe seja alternativo.

Na conformação qualitativa (probabilística sempre) da paisagem, desvaler o corte organizacional-racionalista que ela adquire na plaina da história, é silenciar um estatuto que quase nunca fala a baixo volume. (Não é tolo mesmo simplesmente mentalizar que se vaporizem, de repente em nosso gênero, o *ethos* da fruição e do bem-estar permanente?). O que, por outro lado, seria certamente cabível é o abandono da idéia de “enraizamento” do imperativo econômico, que o tende a estabelecer enquanto condição fadada. No final, seria como que conservá-lo sobre um estrado móvel – lhe atribuindo certa proeminência, é certo, mas, ao mesmo tempo, interpondo a situação de condicionamento apenas relativo.

De modo análogo, desdenhar o corte sinérgico-naturalista, que confere à paisagem muito de sua fisionomia e dinâmica, é apoucar a porção mais claramente “interlocutora” do comportamento. (E não é impensável, de tão contraditória, a condição de uma sensibilidade avulsa, imperturbável diante de quaisquer fenômenos energéticos?). Em vez disso, seria

menos maligno cientificamente se, evitando no modelo toda hipótese que cheire a determinismo ambiental, também lançássemos mão da figura transitiva acima. Logo, igualmente teríamos uma situação de parâmetro que, em nada negligenciado, por ser até muito apreciável à análise, traríamos ao seio das considerações científicas.

Portanto, aqui, em hipótese alguma, dada a proposição de uma “geo-poética”, estaríamos dando apoio ao desprezo pela face eco da habitual coação (auto-preservacionista) à ordem das atividades materialístico-produtivas; como não quereria dar aval ao descrédito à face eco da natural subministração (empírica) da ordem dos fenômenos matério-energizados. Ao contrário, a proposta apenas faria dilatar a amplitude do discurso geográfico: sem que se sacrifique a interface ecoleco, trazê-la à tona para inclusive melhor clarificar o (eleito, na circunstância) “terceiro elemento” ... menos diretamente material; e bem menos ainda exclusivamente vegetativo.

É fato hoje ser bastante difundido o ideário segundo o qual são valorosas as tentativas de arregimentar o máximo possível, nas explanações, classes e escalas diversas de informação. A *New Geography*, por exemplo, empenhou-se nisso com os expedientes de processamento estatístico: massa heterogênea de dados, convertida em extrato compacto, ultra-generalizado. Mas talvez tenham sido precisamente as repreensões à escola anglo-saxônica – com seus índices supressores (“aviltantes”?) de peculiaridades ou riquezas distintivas – que puseram o gênio geográfico no enalço de métodos que, sendo holísticos (menos matemáticos?), preservassem a significância dos acidentes.

Hoje é imagem notória a do geógrafo mesclando aos seus argumentos clássico e teórico – “o que/onde” e “como/quando” – as formas de expressão comuns ao produto tipicamente estético. Por isso a cartografia formal de enredos fictícios, presumindo a concretização do universo da idéia ... o mapeamento de rotinas ou deambulações de personagens literários. Desde que se consiga o sucesso de transcender a erudição pedante (digamos, superando o simples e estéril debate sobre “o quanto de geografia há” entremeando o enredo de tal romance, ou articulando a fortuna do encontro e a tragédia do desencontro das personagens) o recurso às formas estéticas podem sim ter muito a dizer.

Em primeiro lugar, há de se certificar de que a funcionalidade científica do recurso esteja representada pela manifestação de um suficientemente claro “pensamento acerca da paisagem”. Bem, isto quer dizer que se no produto estético – selecionado enquanto pretendido veículo de imagens comportamentais – não se identificarem ações que reclamam direta ou indiretamente um forte atributo da espacialidade (quem sabe, alguma peleja cotidiana com seus obstáculos físicos; ou alguma querela a ver com posse de terra e opressão dos sujeitos), nada de real serventia as sondagens literárias terão a oferecer ao cientista ... a não ser, é claro, que ele as execute em momento de ócio, e por puro diletantismo.

Então, esse “pensar a paisagem” teria de transportar em si um estado de profundo acometimento, o qual, em sendo verdadeira emersão da química do imaginário, só pode fazer redundar, nas emoções experimentadas (por vezes até notadas por outrem – um romancista, um poeta), atitudes dirigidas ao espaço familiar.

Mas, em segundo lugar, o préstimo inerente ao produto precisa resumir-se na efetiva possibilidade do cientista usuário extrair dele informações paisagísticas de fácil sistematização posterior. Digamos, o minucioso exame de um romance regional, com sua contextualização distintamente identificada e anotada – em fichários, selecionando trechos que, decerto, a ilustrem com a devida precisão –, o que engendraria classes ou tipologias de dados correlacionáveis *a posteriori*; algo como: “tipoA”) lances da história, depurados do arroubo mais fantasioso; tipoB) modos de agir, sustentáveis dentro de modelos psicológicos ainda reconhecidos como válidos – mesmo que sob circunstâncias muito especiais; tipoC)

generalidades locais sobre o panorama natural – papel do estrato solo (margem ao sentido de pertença), fisionomia do relevo (topografias próprias ao recolhimento ou desbravamento), ritmo climático (média, dentro do espectro, favorável às imagens-ações do combalido ou do prazenteiro); etc.

Pondo de outra maneira, diríamos: a boa-fé do pesquisador-cientista que decide se valer desses produtos estéticos será bastante bem aferida no tanto que suas ilações venham a comprovar que esses mesmos materiais são tão ou mais informativos que os elementos compositores das triviais duas frentes de abordagem paisagística. Isto é, tão ou mais que os fatores físico-ambientais; tão ou mais que os político-econômicos.

Porque, estimamos, num procedimento sistêmico-orientado, o “dado sensível”, veiculado pela literatura, pode ganhar relevo e proeminência ... conforme, por exemplo, o dado de estrutura ecossistêmica – dos controles (hidro/geo)lógicos, das variedades (climato/bio)lógicas – venha à tona subsidiando aquelas ilações. A mesma função subsidiária sendo esperada dos dados da materialidade humana – logo, da força das formas que ela efetiva racionalmente.

3. Uma fonte opulenta de indícios

Concretizar um estilo de pesquisa assim “hibridizado” exige escolha acurada do tema-núcleo e definição mínima do passo a passo metodológico. Um tema, portanto, afinado com a *géopoétique* e sua proposta de colher nas artes (e já há, desde os anos noventa, trabalhos lidando com pintura, música, literatura) signos que reportam a verdadeiras “abrangências”, que são as regiões ou os homens. E um passo a passo que, de científico, possa ser replicado em empresas semelhantes.

O “Instituto Internacional de Geopoética”, já há quase duas décadas, consubstancia o interesse que muitos (não só geógrafos) têm em produzir ensaios de afinação ou sintonia com a criação artística. De hábito, eles não restabelecem os planos da interface ecoleco; bem ao contrário, até os dispensam conscientemente. Que há um límpido projeto de transgressão previsto. E a coisa é quase estatutária.

Porém, a geopoética, se despida de doutrina, perde toda metafísica ou moralismo possíveis ... e inspira no que ela – agora pensando pelo aspecto de sua função mais objetiva – pode oferecer ao gênio científico. No mínimo isto: estudos geopoéticos realçam ligações de afeto e desafeto, construídas pelo indivíduo, consciente ou inconscientemente, mas em concordância com o que guardou de experiências pretéritas (reminiscências) ou com aquilo que experiencia presentemente. Tanto num como noutro caso, acometimentos referidos a espacialidades que, para o venturoso ou o padecente, são lugares detentores de signos-chave de sua própria intimidade. Daí o núcleo de análise dever residir no indivíduo; para, a partir dele, trazer a série colateral de fatos ao campo escrupuloso das considerações.

Esforçando-se por detectar as atitudes e as idéias que apontem a mencionada construção (psicológica, diremos), interpretações dessa ligação mantida entre as esferas (imaterial) da sensibilidade-indivíduo e (material) da impassibilidade-lugar podem ser buscadas em romances e poemas. E da classe dos “regionalistas”, opinar-se-ia naturalmente. Por quê?

Diz-se, por exemplo, que o fato da obra regionalista se presumir, ao fim e ao cabo, uma narrativa de contexto muito singular – conjuntura que, grafada pelo escritor, deverá fazer-se sentir pelas referências aos elementos de cultura (linguagens, indumentárias, gastronomia) –, isso abreviaria demais seu valor no quesito “espontaneidade”. Quer dizer, é como se o produto estético tivesse de, simplesmente, “não ter a intenção de ser o que é” ... pois que, aí sim, tomado enquanto veículo de riquezas espontaneamente grafadas, a obra viabilizar-se-ia como fonte documental do comportamento diante dos lugares. Entendemos que o receio é contraproducente.

4. Define-se um desafio metodológico

Pois se a escrita comportar razoavelmente bem os dois cortes, organizacional-racionalista e sinérgico-naturalista, e verificarmos, portanto, a potencial função documentária da obra, também é provável que se nos demonstre o quanto é custoso extrair os personagens do seu cenário ambiental.

Achegando-nos ao núcleo que é nossa própria ilustração temática ... na paisagem mítica da *Pampa*, prado extenso, a persona que no espírito de muitos exacerbar-se-á como *gaucho*, só com desfigurador esforço conseguiremos destacar da paisagem inteira. Sistemicamente se explica: os elementos constituintes intervêm, “interpenetram-se”, intercambiam, experimentam as retroações, alteram-se, restituem-se ... não “são”, enfim, por si sós. Recorrendo outra vez à figura dos estrados móveis ... esses elementos “estão”, sempre, em função uns dos outros.

A pampa, então, é síntese ou justaposição de pluri-fatores: os possíveis de inventariar junto ao bioma energizado/materializado (clássica fâcie eco1), os elencáveis no quadro histórico-antropizado (clássica fâcie eco2), os conjecturados para o universo emotivo-sensorial (o terceiro corte). E ela, em tese, pode ser apreciada enfaticamente em quaisquer dos três cortes; apenas que a apreciação – gira em torno disso nossa fala – precisa cultivar os demais ... aproveitando-os para uma reunião ecumênica de dados explicativos.

Nos contos épicos – por exemplo, histórias sul-rio-grandenses – as peripécias da persona *gaucha*, embora delas se possa deduzir universais de conduta e peculiaridades de temperamento, não “são por si” no enredo meridional, mas “estão” (em mútuo acordo) com uma ambiência em parte natural, em parte historicizada. É bem verdade que pode ocorrer dessa dúplici ambiência ser, aos olhos das personagens, a própria pampa ... quando, nos interessa aqui defender, o todo sistêmico teria de abranger também o aguerrido ... na sua intrepidez organizacional, na sua sujeição biológica. Isso significa que uma geopoética da pampa – sem que se caia na armadilha que é o princípio revanchista do descarte – explorará a relação simbiótica sustentada entre a espacialidade máterio-energizada da pampa – suas condições (hidro/pedo/geo/climato)lógicas – e as históricas intervenções racionalistas sobre ela, que chegamos a adjetivar materialístico-produtivistas – ou seja, a atividade agropastoril, os hábitos, as instituições decorrentes. E o fará no exclusivo interesse de deprender o elo mais empiricamente demonstrável entre a espacialidade naturo-territorial e o par binário do comportamento: pensamento/ação. Porque pressupor o elo é já dar relevo às duas frentes clássicas da pesquisa geográfica ... relevo que sucede a eleição de uma terceira frente, circunstancialmente nuclear ... frente cujo científico tratamento depende da concorrência acessória daquelas.

Na pampa, as gentes forjam para si o espírito da audácia. São aguerridas porquanto experimentam constantemente a insegurança de um horizonte interminável, a inclemência dos muitos meses de invernia, o calendário calejante do pastoreio.

As personagens expressam, desde logo, a estética da região. Isoladamente, não são a pampa. Tomadas, por outro lado, em referência sistêmica aos fatores fisiográficos (*planicie calcárea, malla de ríos, vientos del Pacífico Sur, ...*) e aos organizacionais (*establecimientos de ganadería, pequeña industria manufacturera, cultura saladera, ...*) sintetizam a paisagem. Mas até que ponto ao texto literário podemos recorrer, se, não raro, seus autores se desprendem, voluntariamente, de um compromisso com a verossimilhança? Ou, melhor colocando ... até que ponto, se é normal que o texto, o verso (primorosos), criem/estipulem para o todo da obra o que é e o que não é verossímil ali? Bem, a necessidade da cautela se instala.

Se na obra, densa ou leve, extensa ou breve, a imagem de uma estética meridional for já fácil de deduzir – ou seja, ficando de imediato evidente que (malgrado qualquer exercício de um caprichado estilo de evasivas) o autor dá a entender que há um específico modo de pensar/agir nas suas (musicais, novelescas) paragens frias e campinas –, então, elos de potencial padronização despontam naturais. Não é preciso reear o adorno todo que deva caracterizar o estilo pessoal dos autores; nem mesmo as digressões “afetadas”, tão temidas e recriminadas pela razão científica.

Daí que essa razão poderá satisfazer-se mesmo muito bem, contanto que, mirando o que o artista “pintor da região” diz serem seus habitantes, o cientista fareje os tais elos ... removedores que são do acidente. É que se há excentricidade no comportamento sulino, sua constatação científica requer que ele, ainda assim, possua uma inteireza feita de correlações; que senão o excêntrico em questão vira sinônimo de excepcionalidade, retirando, pois, o espaço de manobra do juízo científico. A este não interessa “o inusitado solto num todo” (atribuição que costumamos conferir às produções artísticas – contribuindo, pois, à idéia de que elas só lidariam com o singular e o extraordinário); mas interessa se a identidade explique-se “como um” todo.

Na pampa, as gentes forjam para si o espírito da audácia [pensamento/ação]. São aguerridas porquanto experimentam constantemente a insegurança de um horizonte interminável [pensamento sob corte naturalista], a inclemência dos muitos meses de invernã [pensamento sob corte naturalista], o calendário calejante do pastoreio [pensamento sob corte organizacional].

Isso traz ao conhecimento também um detalhe de método; e a ver, precisamente, com a relação conteúdo/forma. É certo que nas produções artísticas não é coisa simples remover forma e conteúdo um do outro (e talvez por isso a impressão de que elas não sejam bons recursos à análise lógica). Há muito, nessas produções, de relato maneirista – aparente poluição de dados que, noutra condição, seriam ótimos de trabalhar. (Isto é, nas artes eles estariam “soterrados” pelo peso da liberdade narrativa; e inutilizados, por isso). Porém, a questão é aceitar o desafio de conceber uma estratégia pela qual se tome aquela amálgama como um todo ... em si mesmo informativo. Então, no discurso geográfico o todo já seria puro conteúdo; ou, uma “liga” em que os componentes emocionais não conspurcam o recurso.

Aqui reside o proveito: sentenças ou explanações literárias e poéticas em que (implícita ou explicitamente) fala-se sobre a vivência de uma espacialidade carregam, com bastantes chances, uma compreensão sensível da paisagem. As reservas a um olhar que, apesar de talentosamente sofisticado e comovente, pareçam transportar reducionismo são naturais. Mas ainda que sejam legítimas, a mesma estratégia tem de consistir num esforço temperado de não reverberar a insinuação (de fato melindrante).

Uma suposta causalidade rígida operada pelo quadro físico (determinismo regional, *oikos lògos*), ou uma igualmente perigosa imposição operada pela história econômica (regionalismo determinista, *oikos nòmos*), dissolvem-se no argumento de que a persona *gaucho* – liberta da caricatura ficcional mais extravagante – consubstancia a imagem/ação de um gênero de vida cujas características somos capazes de destacar, com maior ou menor esforço, das narrativas sentidas. É quando toda a diligência envolvida vale a pena: o comportamento materialista e sua cognição apontarão uma totalidade paisagística particular, indicando, ademais, que a persona é agente assimilador/propagador de hábitos e sentimentos que bio-física e socialmente foram “elaborados” – ou seja, que sobreviveram no transcorrer de contínuas interfaces ... do bioma com a exploração econômica, da organização racional do espaço com sua percepção afetiva, da dinâmica naturalista com seu imaginário sentimental.

O projeto, otimistamente, prevê que da estética meridional se saquem expressões comportamentais que não serão propriamente tributárias nem dos elementos paisagísticos matérico-sinérgicos (*suelo, riegos, llanuras, insolación*), nem dos matérico-organizacionais (*labrantía, finca agrícola, arbitrio de clase*); mas que, sendo sinais de um imaginário até folclorizado – caso das epopéias em contos, das sublimações em poesias –, não se desprendem dos dois cortes e sua irremovível interface.

Pois que se há experiencição sensorial/memorial da espacialidade, a sintonia com os mesmos já se transforma em algo de esperado ... e daí as adjetivações que refletem pensamento da materialidade e ação sobre ela: prado infinito, coxilhas suaves, benévolo regato, severo frio.

Desviando daquilo que, segundo uma leitura demasiadamente genérica, se banaliza em estereótipos, logramos restringir nossas apreciações na série de dados de fato mais relevante. Por exemplo, a que diz respeito aos ritualismos que as gentes devotam a certas atividades, as quais, por lhe serem caras, adquirem a função de exprimir um painel cultural. E isso, que se dá, evidentemente, desde um dado território, transmite também um sentido de lugar com todos os seus cortes ... e independentemente deste território nem possuir a homogeneidade natural e social que se poderia presumir.

O fato é que a paisagem meridional, em termos puramente humanísticos, é o que subministra os rituais campinos de trabalho e recolhimento (*la esquila, la yerra, las jineteadas, la payada ... el mate con charla*). Logo, o tradicionalismo decorrente toma emprestado dos quadros natural e organizacional seu significado; sem se subordinar forçosamente a eles. E mesmo os clichês de humor e temperamento – dos quais, por tenderem a conferir veracidade a supostos estados psicofisiológicos, o olhar científico, tanto quanto possível, precisa desviar-se – transportarão espontaneamente o estigma de, afinal de contas, falarem sobre comportamentos e ações que se dão desde uma espacialidade.

Epílogo: três filtros e uma razão científica para a geopoética

Mas esse olhar cauteloso, lançado sobre a estética do frio, poderia ser refinado mediante três planos de consideração concomitantes; quais sejam: o da epistemologia, o da metodologia e o da teoria. Enumerados assim, os planos indicam um trânsito do genérico ao pontual.

Porque o primeiro plano teria a ver com a necessidade de considerar a linguagem que se quer operacionalizar (a partir, é claro, do que se extrai das produções artísticas); trata-se, enfim, da demarcação das categorias e conceitos-chave envolvidos: matéria, energia e ecossistema; território, política e economia; cultura, imaginário e comportamento. Bem, e uma extensão imperativa desse plano mais geral seria o estudo retrospectivo da ocupação organizativa da paisagem ... de modo a que deduzíssemos as variações de significado sofridas (estaremos certamente autorizados a concluir), tempo a tempo, por aquilo que os conceitos comunicam. Se houve transformações desencadeadas por fenômenos atmosféricos, se elas ocorreram antes pela conflagração de combates ...

Quanto ao segundo plano, ele, na verdade, enquadraria o “norte disciplinar”, digamos assim, das pesquisas que fossem levadas nesse mote, que é o de dar cientificidade a (ou, de remover caráter idiográfico de) os estudos em geopoética. E a nossa sensação é que as pesquisas estariam bastante bem conformadas nos simultâneos espectros da HPG, “História do Pensamento Geográfico”, e da GP, “Geografia da Percepção”. Ambas, linhas de investigação já cristalizadas e, portanto, capazes de sugerir/recomendar determinadas precauções na perspectiva exatamente do método a ser executado. (HPG orientando a análise dos discursos – ou, o “escrutínio” das informações contidas na obra literária, por exemplo –; GP designando as pistas apropriadas a encontrar, a fim de aferir quais elos afetivos melhor denunciam o imaginário sobre os cortes natural e social, ou a clássica interface «s|n».).

Por fim, o terceiro plano de refino nos daria o conforto operacional de agregar as explanações validas de documentos de cunho sensível a um modelo teórico que, não sacrificando em demasia o propósito integralista do método, permita uma mínima sistematização dos elementos constituintes da totalidade paisagística. Trata-se, pois, de uma alternativa de estrutura lógica que servirá de parâmetro mediante o qual cogitações subseqüentes podem ser praticadas com boa margem de confiança. E a exata confiança que não maculará nenhuma das três frentes originais ... da sinergia local da natureza (ecológica), da organização sócio-histórica do território (econômica), do pensamento/ação sobre a paisagem (simbólica). Ou, para o nosso caso ilustrativo: bioma austral (a fitogeografia sobre um solo e sob um clima), ocupação agropastoril (as técnicas e as relações de trabalho), imaginário meridional (os ritos e as comoções).

É que sobretudo a terceira frente – “complementar” (sic), e cuja exploração teórica em termos de interface é ainda frustrante – requer maior atenção ... e, neste sentido, requer que o modelo integralista seja, ao mesmo tempo, tolerante com a subjetividade de que ela deriva e inflexível com a exigência de que o elemento culturalista seja prioritariamente um fator informante de universais regionais. Assim sendo, articular-se-á com as demais duas frentes: (como dito há alguns parágrafos) intervindo, interpenetrando, intercambiando, retroagindo, alterando e alterando-se, restituindo e restituindo-se.

Pensamos que essa mútua coordenação tem de ser considerada dentro de um modelo sistêmico. E nos ocorre um em especial, que certo geógrafo do sudoeste francês dedicou-se a burilar ao longo de aproximadamente duas décadas. Georges Bertrand, da *Université de Toulouse II*, foi quem arquitetou a versão ocidental da teoria “geossistêmica” – genuinamente russa. No final dos anos sessenta ela servira, pelo menos enquanto proposta geral, ao desejo de arejar a epistemologia concernente à Geografia Física. Quisera propor que seu objeto pressupusesse estudos globais. Um passo realmente importante fora dado então. Mas no início dos noventa ela incorpora estratagema ainda mais pretensioso.

Com a composição de seu *système GTP*, tripolar (Geossistema-Território-Paisagem), quis reacomodar constituintes que vira serem imprescindíveis para um projeto integralista. Daí o modelo (aprimorado) nos parecer frutífero. Porque em G estão previstas as dinâmicas interativas e oscilatórias de ordem física, química e biológica. Isto é, o arranjo sinérgico do corte naturalista – aquele que confere a materialidade e algumas fatais injunções aos homens. Em T o modelo reúne inclinações históricas à exploração regional dos recursos, bem como o regramento sócio-político que permeia as decisões e os conflitos de deliberação. E em P, de forma muito feliz, insere os aspectos da cognição do meio ambiente e de sua valorização cultural – o que, em boa medida, instaura a validade científica da frente subjetiva.

Percebe-se, o *système tripolaire* nem é tão perfeito assim à proposta que vimos pretendendo esboçar ao longo dos parágrafos ... e principalmente pelo fato dos pólos estarem, em tese, ocupando planos isonômicos. Enquanto que nossa intenção metodológica – a ser também muitíssimo burilada, é lógico – preveria que o P ganhasse circunstancial relevo diante dos outros dois pólos ... no entanto, de saliência mantida nos discursos, conforme se os traga para melhor visualizar cognições e reações. Mas, ainda assim, o insight francês dá-nos um bom norte. Comparadas as terminologias, dinâmica geossistêmica corresponde ao corte naturalista; história econômica ao organizacional-racionalista; e percepção ambiental (possivelmente o ajuste mais drástico) à terceira frente ... sintética, nuclear.

Convidando-nos ao desafio de não sucumbir aos modelos que preconizam a auto-suficiência de restritos “ângulos”, a geopoética do frio é, neste momento ao menos, uma idéia generosa. Se para que argumentemos conclusivamente acerca de uma percepção meridional, não bastam as narrativas líricas sobre o lamento de quem se arruína ou a exaltação de quem triunfa na pampa, só o apelo aos prováveis condicionantes sócio-ambientais pode purgá-la dos

contornos que, numa estrutura científica, são não mais que exagero (ainda que, é claro, no âmbito da estética, eles possam ser belas hipérboles). Mas se a determinação a buscar prevenir-se do insucesso ou o pensamento que simplesmente enaltece o cenário não devem ser direta consequência nem das interações ecológicas, nem dos hábitos e fortuitudes da organização social, isso já quererá dizer que às fâcies materiais da paisagem precisaremos apelar enquanto elementos-subsídio somente.

É que pensar e agir sobre o frio é não lhes ser indiferente ... como o *pago*, que não se aparta de um recorte com acidentes naturais, e o *rincón*, que se compõe de tantos implementos racionais.

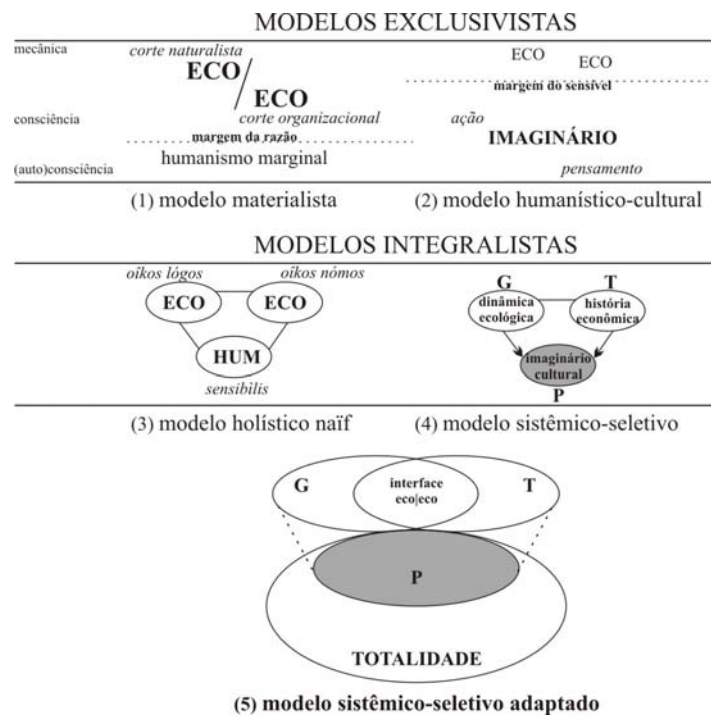


Figura – Generalidade de modelos sobre a paisagem (arranjo e percepção)

Bibliografia consultada

AVÉ-LALLEMANT, R. **Viagem pela província do Rio Grande do Sul**: 1858. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. 417p. [original de 1859] [relato de viajantes]

BACHELARD, G. **La poétique de l'espace**. Paris: PUF, 1961. 214p. [original de 1957]

BAILLY, A.; SCARIATI, R. L'humanisme en géographie. In: BAILLY, A. (Org.). **Les concepts de la géographie humaine**. Paris: Armand Colin, 2004. p. 213-222.

BERTRAND, G. Paysage et géographie physique globale: esquisse méthodologique. **Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest**, Toulouse, v. 39, n. 3, p. 249-272, 1968.

_____. La nature en géographie: un paradigme d'interface. **Géodoc**, Toulouse, n. 34, p. 1-16, 1991.

- BESCHOREN, M. **Impressões de viagem na província do Rio Grande do Sul: 1875-1887.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989. 200p. [original de 1889] [relato de viajantes]
- BOURGUIGNON, A. **História natural do homem.** Rio de Janeiro: Zahar, 1990. v. 1: O homem imprevisto.
- BUTTNER, A. Grasping the dynamics of lifeworld. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 66, n. 2, p. 277-292, June 1976.
- CHELOTTI, M.; PESSÔA, V. S. Latifúndio, assentamentos rurais, florestamento: qual identidade regional da campanha gaúcha no século XXI? **IX Coloquio Internacional de Geocrítica: los problemas del mundo actual: soluciones y alternativas desde la geografía y las ciencias sociales**, 2007. Disponível em: <www.ub.es/geocrit/9porto/chelotti.htm>. Acesso em: 30 dez. 2008.
- CHRISTOFOLETTI, A. As características da nova geografia. **Geografia**, Rio Claro, v. 1, n. 1, p. 3-33, abr. 1976.
- DARDEL, E. **L'homme et la terre: nature de la réalité géographique.** Paris: CTHS, 1952. 199p.
- FLORES, M. **História do Rio Grande do Sul.** 3. ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1990. 146p. [estudo de história]
- FRÉMONT, A. **La région: espace vécu.** Paris: PUF, 1976. 221p.
- GALLAIS, J. **Le delta intérieur du Niger: étude de géographie régionale.** Dakar: IFAN, 1967. 2v.
- HARNISCH, W. H. **O Rio Grande do Sul: a terra e o homem.** Porto Alegre: Livraria do Globo, 1941. 587p. [original de 1924] [estudo de história]
- INSTITUT INTERNATIONAL DE GÉOPOÉTIQUE. Disponível em: <<<http://www.geo-poetique.net/>>>. Acesso em: 15 jan. 2009.
- JUVENAL, A. **Antonio Chimango: poemeto campestre.** 2. ed. Porto Alegre: [s. n.], 1915. 67p. [literatura]
- KEATING, L. C.; FLORES, J. S. (Ed.). **El gaucho y la pampa: un drama y ocho cuentos.** New York: American Book, 1943. 184p. [literatura]
- KERN, A. A. (Org.). **Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991. 356p. (Série Documenta, n. 26). [estudo de história]
- LEY, D.; SAMUELS, M. S. (Ed.). **Humanistic geography: prospects and problems.** London: Croom Helm, 1978. 337p.
- LORENZ, K. **Os fundamentos da etologia.** São Paulo: UNESP, 1993. 466p.

LOWENTHAL, D. **Environmental perception and behavior**. Chicago: University of Chicago Press, 1967. 88p.

LYNCH, K. **The image of the city**. Cambridge, USA: MIT Press, 1960. 212p.

MALTE-BRUN, C. **Géographie universelle**: ou description de toutes les parties du monde. 5. ed. Paris: Furne & Cie., 1845. t. 5: Asie Orientale et Afrique.

MAYA, A. **Alma bárbara**. 2. ed. Porto Alegre: Movimento, 1991, 165p. [original de 1922] [literatura]

MONTEIRO, C. A. de F. **O mapa e a trama**: ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas. Florianópolis: UFSC, 2002. 242p.

MORIN, E. **O método**. Lisboa: Europa-América, 1977. 363p. v. 1: A natureza da natureza.

PONT, R. **Campos realengos**: formação da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul. 2. ed. Porto Alegre: EDIGAL, 1983. 2v. [estudo de história]

PRED, A. O modelo “têmporo-geográfico” da sociedade, de Hägerstrand. In: CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 299-318.

QUEVEDO, J. (Org.). **Rio Grande do Sul**: quatro séculos de história. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999. 397p. [estudo de história]

RAMIL, V. **A estética do frio**: conferência de Genebra. Porto Alegre: [s. n.], 2004. [ensaio]

_____. **Satolep**. São Paulo: Cosac Naify, 2008. 288p. [literatura]

RELPH, E. **Place and placelessness**. London: Pion, 1976. 156p.

SAINT-HILAIRE, A. de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: ERUS, 1987. 496p. [original de 1887] [relato de viajantes]

SOUZA, J. P. C. de. **O sentido e o espírito da Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1945. 100p. [estudo de história]

TUAN, Y.-F. Geography, phenomenology and the study of human nature. **The Canadian Geographer**, v. 15, p. 181-192, 1971.

_____. **Topophilia**: a study of environmental perception, attitudes and values. Englewood Cliffs, USA: Prentice Hall, 1974. 260p.

VERÍSSIMO, E. **O tempo e o vento**: o continente I. 31. ed. São Paulo: Globo, 1995. 323p. [literatura]

WAYNE, P. R. **Xarqueada**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1937. 254p. [literatura]